ReGeo ISSN: 2177-3246

A DIVERSIDADE NA ESTRUTURA DO PODER IMPERIAL NO IMPÉRIO ROMANO DO ORIENTE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO V D.C.

DIVERSITY IN THE STRUCTURE OF IMPERIAL POWER IN THE EASTERN ROMAN EMPIRE DURING THE FIRST HALF OF THE 5TH CENTURY AD.

LA DIVERSIDAD EN LA ESTRUCTURA DEL PODER IMPERIAL EN EL IMPERIO ROMANO DE ORIENTE DURANTE LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO V D.C.

https://doi.org/10.56238/revgeov17n9-034

Data de submissão: 07/08/2026 **Data de publicação:** 07/09/2026

Daniel de Figueiredo
Doutor em História
Instituição: Universidade do Estado de Minas Geais (UEMG) - Unidade Campanha
E-mail: dd66fig@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3458-3772
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4410147040033719

RESUMO

A estrutura de poder do Império Romano do Oriente, na primeira metade do século V d.C., caracterizava-se por uma complexa organização político-administrativa voltada ao gerenciamento da diversidade étnica, cultural e religiosa que marcava a sociedade tardo-antiga. Durante o governo de Teodósio II, a ampliação e a especialização da burocracia imperial fortaleceram a centralização do poder ao mesmo tempo em que incorporaram diferentes grupos aristocráticos e regionais à administração. Prefeitos pretorianos, *magistri officiorum*, questores, governadores provinciais e eunucos da corte integravam uma ampla rede de relações políticas, familiares e religiosas, frequentemente vinculadas às disputas entre as facções dos bispos Cirilo de Alexandria e Nestório de Constantinopla, que protagonizaram o conflito teológico conhecido como *Controvérsia Nestoriana*. A constante rotatividade dos cargos, a distribuição de honrarias e a negociação entre interesses divergentes revelam uma estratégia imperial destinada a impedir a concentração de poder em grupos específicos. Assim, a administração de Teodósio II evidencia que as controvérsias religiosas estavam profundamente entrelaçadas às dinâmicas políticas, administrativas e às redes de influência que sustentavam o funcionamento do Estado romano oriental.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia. Império Romano do Oriente. Estrutura Político-Administrativa. Teodósio II.

ABSTRACT

The power structure of the Eastern Roman Empire in the first half of the 5th century AD was characterized by a complex political-administrative organization aimed at managing the ethnic, cultural, and religious diversity that marked late antique society. During the reign of Theodosius II, the expansion and specialization of the imperial bureaucracy strengthened the centralization of power while incorporating different aristocratic and regional groups into the administration. Praetorian prefects, magistri officiorum, quaestors, provincial governors, and court eunuchs were part of a broad network of political, familial, and religious relationships, frequently linked to disputes between the factions of Bishops Cyril of Alexandria and Nestorius of Constantinople, who were the protagonists of the theological conflict known as the Nestorian Controversy. The constant rotation of offices, the distribution of honors, and the negotiation between divergent interests reveal an imperial strategy designed to prevent the concentration of power in specific groups. Thus, the administration of

Theodosius II demonstrates that religious controversies were deeply intertwined with the political and administrative dynamics and networks of influence that sustained the functioning of the Eastern Roman state.

Keywords: Late Antiquity. Eastern Roman Empire. Political-Administrative Structure. Theodosius II.

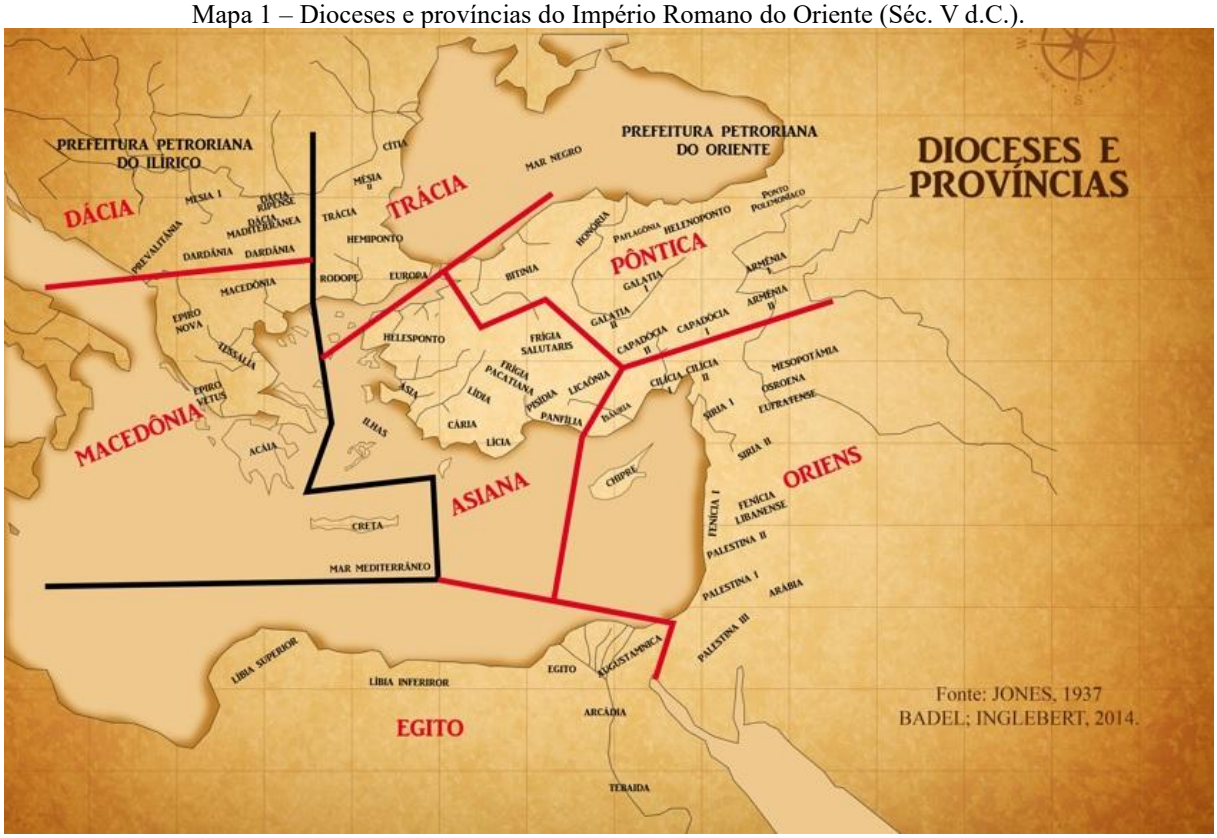
RESUMEN
La estructura de poder del Imperio Romano de Oriente en la primera mitad del siglo V d. C. se caracterizó por una compleja organización político-administrativa destinada a gestionar la diversidad étnica, cultural y religiosa que caracterizó a la sociedad de la Antigüedad tardía. Durante el reinado de Teodosio II, la expansión y especialización de la burocracia imperial reforzaron la centralización del poder, al tiempo que incorporaron a la administración a diferentes grupos aristocráticos y regionales. Prefectos pretorianos, magistri officiorum, cuestores, gobernadores provinciales y eunucos de la corte formaban parte de una amplia red de relaciones políticas, familiares y religiosas, frecuentemente vinculadas a las disputas entre las facciones de los obispos Cirilo de Alejandría y Nestorio de Constantinopla, protagonistas del conflicto teológico conocido como la Controversia Nestoriana. La constante rotación de cargos, la distribución de honores y la negociación entre intereses divergentes revelan una estrategia imperial diseñada para evitar la concentración de poder en grupos específicos. Así pues, la administración de Teodosio II demuestra que las controversias religiosas estaban profundamente entrelazadas con la dinámica política y administrativa y las redes de influencia que sustentaban el funcionamiento del Imperio Romano de Oriente.

Palabras clave: Antigüedad Tardía. Imperio Romano de Oriente. Estructura Político-Administrativa. Teodosio II.

1 INTRODUÇÃO

Observando o mapa do Império Romano do Oriente, no século V d.C., verifica-se que a maior parte do seu vasto território fora constituído a partir das conquistas dos antigos reinos helenísticos, durante o processo de expansão romana iniciado no período republicano. Além da hibridização étnico-cultural decorrente dessas conquistas naquele período, e também no decorrer do período imperial, a partir da Antiguidade Tardia, no que se refere ao Império oriental, podemos incorporar a esse amálgama, sobretudo, os povos germânicos, persas e armênios em vista da fluidez que caracterizou o estabelecimento das fronteiras imperiais em relação àqueles povos. Ademais, o livre trânsito entre os cidadãos romanos das diferentes partes do Império, mesmo após a divisão territorial nas porções ocidental e oriental, reforçou essa heterogeneidade. Claudia Moatti (2014, p. 150) observa através de dados epigráficos que, a partir do século II d.C., o Império Romano passou a ser visto como um espaço fluído onde as pessoas poderiam se deslocar livremente. Em virtude dessa mobilidade humana entre as diferentes regiões, pode-se constatar que as identidades individuais não eram pensadas em termos de exclusão, mas de acumulação. Os laços que os migrantes estabeleciam nas novas comunidades resultavam na justaposição de experiências que afetavam suas identidades, linguagens e práticas, inclusive aquelas relacionadas às experiências religiosas.

Mapa 1 – Dioceses e províncias do Império Romano do Oriente (Séc. V d.C.).



Fonte: JONES, 1937; BADEL; INGLEBERT, 2014.

A emergência do Cristianismo, por sua vez, contribuiu nesse processo de interação etnocultural. Em especial, a partir do século IV d.C., o fenômeno do monasticismo, por exemplo, deslocou muitos indivíduos das mais remotas partes do Império para monastérios situados no Egito, na Síria, na Capadócia ou mesmo para a capital imperial do Oriente, Constantinopla.[1] Some-se a isso os assentamentos de povos germânicos em território romano durante o governo do imperador Teodósio I, através de negociações que incorporavam esses segmentos à estrutura imperial. Muitos desses indivíduos estabeleceram-se como agricultores ao sul do rio Danúbio, enquanto outros tantos serviram como fonte de recrutamento para o exército romano (ERRINGTON, 2006, p. 65).

O que podemos observar através de toda essa circularidade de indivíduos, perpassando por toda a história romana, foi a constituição de uma sociedade extremamente rica em diversidade. Nas famílias aristocráticas da Antiguidade Tardia, por exemplo, estabeleceram-se estratégias de poder através de laços matrimoniais mistos entre romanos e bárbaros que conciliavam interesses familiares e políticos. Nem mesmo as oposições religiosas colocavam interdições a esses casamentos (MATHISEN, 2012, p. 155). Dentre vários exemplos, a genealogia do imperador Teodósio II (408-450 d.C.) é emblemática nessa questão. O avô materno do imperador era de origem germânica, o general franco Bauto (*PLRE* 1, p. 159-160), que fora *Magister militum* do Ocidente entre 380-385. Teodósio II, reconhecido como um pio imperador cristão, casou-se, por sua vez, com Athenais, a futura *Augusta* Eudócia, uma não cristã que era filha de um sofista ateniense.

Essa grande diversidade foi um dos elementos que caracterizou o Império Romano por toda a sua história e nos parece que ela tenha se acentuado na Antiguidade Tardia. Um dos objetivos centrais de todo governo romano foi o de controlar e gerenciar essa diversidade (GUARINELLO, 2014, p. 141). Cabia, então, ao imperador exercer a complexa função de mediar e interagir com os agentes que representavam grupos diversos de indivíduos e que detinham poder na sociedade, como os funcionários imperiais, os comandantes militares, as elites senatoriais e as aristocracias provinciais e locais (BARCELÓ, 2011, p. 23-24). Essa tarefa parece de grande complexidade, sobretudo no que se refere ao gerenciamento da crise nestoriana que eclodiu durante o governo de Teodósio II, uma vez que as ideias, tanto do bispo Cirilo de Alexandria quanto do bispo Nestório de Constantinopla, se ramificavam em vários níveis de gradação acerca da relação entre as naturezas divina e humana no Cristo encarnado. O sucessor das ideias cirilianas no conflito, o monge Eutiques, por exemplo, não reconhecia a

[1] Papiros egípcios do início do século IV d.C. registravam a existência dos *monachoi*, que literalmente significava "pessoa solitária". A complexidade que se revestiu o monasticismo cristão tem sido revelada através de pesquisas que indicam que os monges não preconizavam seguir um novo estilo de vida, mas viver os preceitos cristãos ao máximo. A extensão de suas práticas ascéticas não os diferenciava dos primeiros ascetas pagãos, judeus ou cristãos (LEYSER, 1999, p. 583-584).

consubstancialidade da divindade de Cristo com a humanidade após o seu nascimento (NESTÓRIO, *Liber*, 465).[2]

Nessa perspectiva, estudos recentes que buscam analisar a questão da identidade em escala individual têm demonstrado que os agentes sociais são portadores de identidades múltiplas. Conforme destaca Éric Rebillard (2014, p. 105), cristãos e não cristãos na Antiguidade Tardia dispunham de certo número de pertencimentos a compartilhar e, por vezes, não consideravam necessariamente seu pertencimento religioso como o mais importante na relação entre eles. Deve-se considerar ainda que interesses políticos e materiais entravam como elementos variáveis na equação que resultava desses relacionamentos. Isso explica nos depararmos com determinados indivíduos como bispos e funcionários imperiais, ou mesmo o próprio imperador, agindo de forma diversa ao que proclamavam nos seus discursos e, desse modo, alternavam apoios entre as facções divergentes durante os eventos relacionados à *Controvérsia Nestoriana*, conforme indica Nestório:

> Mas ele [Cirilo] me temia por causa do socorro que me dava o imperador. Diz-se que, na realidade, esse [imperador] me traiu bastante, que ele não me socorreu. Mas admitamos isso, o que impedia então que houvesse um julgamento sem o socorro do imperador? Ele já estava convencido que eu deixaria Constantinopla (Nestório, *Liber*, 391).[3]

Isso pode ser mais verossímil em uma sociedade tão diversificada como a sociedade romana oriental. Não bastaria, portanto, identificar se determinado indivíduo era cristão, se pertencia a essa ou àquela corrente doutrinal, ou mesmo, se não era cristão. A tendência ou filiação religiosa, embora fatores presentes nas decisões, não eram determinantes nas tomadas de ações do imperador e dos funcionários imperiais que se envolveram na disputa, porque a controvérsia era política, religiosa e administrativa. Nesse sentido, para uma melhor compreensão da forma como agiram no decorrer do conflito necessitamos, previamente, entender como funcionava a estrutura de poder em que eles estavam inseridos e os interesses subjacentes que estavam em jogo além da questão teológica.

2 AS DIVERSIDADES NAS ESTRUTURAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO IMPÉRIO ROMANO DO ORIENTE, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO V D.C.

Muito se atribuiu ao processo de centralização e burocratização administrativa do Império Romano como uma das causas que teriam levado ao declínio e à corrupção das suas instituições. Ao contrário, entendemos esse fenômeno como uma forma de adaptação e acomodação encontrada pelos contemporâneos para fazer frente à crescente diversidade da sociedade romana na Antiguidade Tardia.

[2] Nau, p. 297; Driver; Hodgson, p. 338-339.
[3] Nau, p. 251; Driver; Hodgson, p. 283-284.

A multiplicidade de cargos oferecidos na administração imperial ajudava no propósito de manter possíveis poderes concorrentes sob a proximidade e vigilância do poder imperial. Dentre essa multiplicidade, encontravam-se altos chefes da administração imperial, comandantes militares e membros influentes da casa imperial que eram absorvidos junto ao centro de poder e passavam a ser conhecidos coletivamente como *proximi*. Com o propósito de aproximar essas elites, Teodósio II, se compararmos com outros governantes antes e depois dele, foi o imperador que mais concedeu títulos, honrarias e promoções civis e militares a elas (LEE, 2013a, p. 104-105).

No que se refere à administração oriental, a *Notitia Dignitatum* – inventário da estrutura e organização da burocracia imperial definido em termos de insígnias e subordinações – relacionou uma imensa quantidade de cargos civis e militares alocados na capital imperial e nas províncias[4]. Em vista dessa magnitude organizacional, necessitamos de antemão compreender a disposição e funcionamento dessa estrutura político-administrativa para, mais adiante, percebermos como ela condicionou a atuação de Teodósio II no conflito.

A geografia política do Império Romano na Antiguidade Tardia é fruto das reformas iniciadas durante o governo do imperador Diocleciano (284-305) e aprofundadas na gestão do imperador Constantino (306-337) (JONES, 1964, p. 565-566). Essa configuração não permaneceu estática, sendo que imperadores subsequentes operavam modificações nessa estrutura de acordo com os interesses políticos de cada governo. Na primeira metade do século V d.C., o Império Oriental estava dividido, na administração civil, em duas grandes regiões denominadas de Prefeituras Pretorianas: a do Oriente e a do Ilírico. Cada uma delas administrada por um Prefeito Pretoriano (*PPO*) que nesse período havia perdido as prerrogativas militares que outrora caracterizara a função do mesmo nome durante o Principado. Segundo destaca Inglebert (2015, p. 14-15), a criação dessas prefeituras regionais obedeceu a razões complexas que envolveram não somente questões de ordem administrativa, mas, também, de caráter defensivo relacionado às diferentes frentes militares e, sobretudo, acomodações políticas oriundas do período da tetrarquia e a partilha de poder entre os herdeiros do imperador Constantino. Pode-se perceber que o aumento da burocracia decorrente dessa nova configuração, ao mesmo tempo em que ensejava a centralização político-administrativa, absorvia, também, contingentes regionais dentro da administração imperial, contemplando, com isso, as expectativas de participação política das elites.

[4] A *Notitia Dignitatum omnium tam ciuilium quam militarium in partibus Orientis et Occidentis* é um documento da Antiguidade Tardia (séculos IV e V d.C.) estruturado na forma de um meticuloso e exaustivo elenco da disposição burocrática civil e militar. As dignidades dos funcionários civis e militares são definidas em termos de insígnias e subordinações, muito mais do que em funções. No Império Romano do Oriente ela foi organizada refletindo as cerimônias imperiais em Constantinopla (NEIRA FALEIRO, 2005, p. 29; BARNISH; LEE; WHITBY, 2008, p. 176).

Os Prefeitos Pretorianos eram as maiores autoridades do Império depois do imperador e detinham responsabilidade global em matérias administrativas e judiciais. Através dos departamentos que dirigiam, eles controlavam a cobrança de impostos para financiar o trabalho público imperial, a administração, os salários e materiais para o exército e, ainda, a garantia do suprimento de grãos para a capital do Império. O posto de Prefeito Urbano de Constantinopla (*PVC*) estava igualado aos postos dos prefeitos pretorianos, mas a atuação do seu titular estava restrita a controlar as relações administrativas, financeiras e judiciais da capital imperial (KELLY, 2008, p. 167; PIGANIOL, 1972, p. 358).

A maior parte das leis era endereçada aos prefeitos. Eles eram responsáveis por emitir os éditos que colocariam em prática as determinações imperiais. Contudo, antes de provocarem os efeitos desejados, essas determinações percorriam a extensa cadeia de comando que caracterizava a burocracia imperial e, com isso, poderiam sofrer interferências de escalões inferiores na sua aplicação. Na tentativa de destruir os escritos e coibir as ações dos nestorianos após as negociações que resultaram na *Fórmula da Reunião*, em 433, Teodósio II endereçou uma lei aos Prefeitos Pretorianos que, apesar da ênfase na redação, não resultou nem na eliminação da facção nestoriana nem na circulação de suas ideias:

> Flávio Antêmio Isidoro, Flávio Basso[5] e Flávio Simplício Regino, prefeitos, editam. [...] [os imperadores ordenam] que aqueles que tenham adulterado as doutrinas da fé que pensem melhor e finalmente cessem de fazer e não se reúnam em nenhum lugar e nem façam de nenhuma de suas propriedades um meio de impiedade para os outros, nem na cidade nem próximo dela, em uma palavra, que nenhuma parte da terra seja acessível para tais reuniões. Quanto àqueles que se apegam às obras dementes de Nestório e que possuem seus livros como meio de induzir ao erro, [os imperadores] têm misericórdia, em vez de castigar, mas lhes ordenam levar ao fogo e os destruir. (*ACO*, I, 1, 3, p. 69-70).[6]

Essa dificuldade na aplicação da lei decorria, portanto, da heterogeneidade de interesses intermediários que se interpunham à intenção original que ela trazia. Isso pode ser visualizado através da amostra abaixo referente aos indivíduos que foram prefeitos pretorianos durante o governo de Teodósio II. A identificação deles e a rede de relacionamentos que mantinham podem ser rastreadas através de elementos onomásticos[7] (LANIADO, 2012, p. 33) e pelos documentos escritos quando no

[5] Flávio Basso foi *PPO Italiae* de 426 e 435 (*PLRE* 2, p. 220-221).

[6] Φλαύιος Ἀνθέμιος Ἰσίδωρος, Φλαύιος Βάσσος, καὶ Φλαύιος Σιμπλίκιος Ῥηγῖνος οἱ ἔπαρχοι λέγουσιν [...] τοὺς μὲν παραχαράττοντας τὰ τῆς πίστεως δόγματα προστάττουσιν ἡσυχάζειν τε τοῦ λοιποῦ καὶ μεταβουλεύσασθαι κάλλιον καὶ μήτε αὐτοὺς εἴς τινα τόπον συνιέναι μήτε ἑτέροις στάδιον ἀσεβείας ἀποδεικνύναι τι τῶν αὐτοῖς διαφερόντων χωρίων ἢ ἐν ἄστει ὂν ἢ ἀπωικισμένον ἢ πλησιάζον πόλει ἢ ἁπλῶς δ' ἄβατον εἶναι τοιαύτης συνόδου πᾶσαν τὴν γῆν τοὺς δέ γε ταῖς φρενοβλαβέσι συνθέσεσιν Νεστορίου τιθεμένους καὶ ἐφόδια τῆς φλάνης τὰς βίβλους ἔχοντας αὐτοῦ οἰκτείραντες μᾶλλον ἢ τιμωρησάμενοι προαγγέλλουσιν ἐκεῖνά τε πυρι παραδιδόναι καὶ ἀφανίζειν.

[7] A formação dos nomes dos dignitários protobizantinos é diversificada. Contudo, observam-se duas regras, não necessariamente obrigatórias: 1) o último elemento é o nome diacrítico, aquele que distingue o indivíduo; 2) o nome

exercício de suas funções, cujos conteúdos por eles escritos podem trazer, inclusive, indicações sobre suas inclinações e possíveis apoios entre as facções em conflito[8] (HONORÉ, 2010, p. 72):

Quadro 1 – Amostra de Prefeitos Pretorianos no governo de Teodósio II.

NOMES	FUNÇÃO	PERÍODO	APOIO	ORIGEM	*PLRE* 2 (página)
Antêmio 1	*PPO* Oriente	405-414	Cristão -	Egito	93-95
Gésio 2	*PPO* Ilírico	421	Não cristão? (irmão Eudócia)	Macedônia	510-511
Flávio Florêncio 7	*PVC* *PPO*/Ilir.? *PPO*/Or.	422 428-429 438-439	Cristão Nestório	Síria	478-480
Asclepiodoto 1	*PPO* Oriente	423-425	Simpatizante de judeus e pagãos	-	164-168
Flávio Antêmio Isidoro 9	*PPO*/Ilir. *PPO*/Or.	424 435-436	Cristão Cirilo	Egito	631-633
Flávio Tauro Seleuco Ciro 7	*PVC* *PPO*/Or.	426 439-441	Cristão, acusado de paganismo Nestório	Egito	336-339
Antioco 7 (Chuzon I)	*PPO* Oriente	430-431	Cristão Nestório	Síria/ Antioquia	103-104
Rufino 8	*PPO* Oriente	431-432	Cristão Nestório?	Parente do imperador	953
Flávio Simplício Regino	*PPO* Oriente	433-434 445	Cristão Cirilo	-	1056
Eubulo	*PPO* Ilírico	436	Não cristão -	-	403
Antioco 10 (Chuzon II)	*PPO* Oriente	448	Cristão Nestório	Síria/ Antioquia	104
Hormisda	*PPO*/Ilir. *PPO*/Or.	448 450	Cristão -	Descend. persa	571

Fonte: *PLRE* 2

O quadro acima nos demonstra a existência de poderes regionais alternando a posição de Prefeito Pretoriano no Império do Oriente, tanto na Prefeitura do Oriente quanto na Prefeitura do Ilírico. Essa rotatividade nos parece que permitiu a Teodósio II manter afastada a possibilidade de permanência de facções fortes em um posto chave que pudesse colocar em risco a sua posição de imperador. Entendemos que as rivalidades entre Alexandria e Antioquia não estavam restritas ao problema teológico entre Cirilo e Nestório. As disputas em torno de ideias são expressões dos interesses de grupos que se defrontam (RÉMOND, 2003, p. 18). Nesse sentido, pode-se perceber, através da troca de cartas, a existência de redes de solidariedade entre esses funcionários e membros

diacrítico é precedido por vários nomes, sendo que o primeiro é o gentílico imperial *Flavius*. A composição dessa polinomia pode fornecer informações prosopográficas de parentesco, de afinidade, do local de origem, de etnia ou, até mesmo, de devoção religiosa (LANIADO, 2012, p. 27-50).

[8] Os funcionários imperiais não se identificavam como pertencentes a essa ou aquela facção religiosa. Essa indicação de filiação ou alinhamento político-religioso na coluna "apoio" é sugerida pela percepção que extraímos da atuação deles na documentação (citações na documentação e troca de cartas) e através dos dados prosopográficos.

da hierarquia eclesiástica. O bispo nestoriano Teodoreto de Ciro, apoiador de Nestório, escreveu diversas correspondências[9] para funcionários imperiais solicitando demandas diversas como a remissão de taxas devidas pelos habitantes de sua província, o apoio para indicação de aliados ao episcopado, bem como a intercessão desses funcionários em favor de si próprio por ocasião da sua deposição do episcopado, em 449. Dentre seus correspondentes estão os prefeitos Antioco 7 (Chuzon I) (*PLRE* 2, p. 103-104) e Flávio Florêncio (*PLRE* 2, p. 478-480). Por sua vez, o bispo Firmo de Cesareia, um notório apoiador de Cirilo, escreveu para o egípcio Flávio Antêmio Isidoro 9 (*PLRE* 2, p. 631-633) tratando-o como "aliado e campeão da Igreja". A rotatividade na função de Prefeito Pretoriano durante a controvérsia parece ter sido condicionada pelo desenrolar do conflito. O sírio Antioco 7, que tudo leva a crer que era um simpatizante da teologia nestoriana (HONORÉ, 2010, p. 87), foi substituído na sequência dos acontecimentos do Concílio de Éfeso I, que depôs Nestório, pelo *PPO* Rufino 8 que era ligado a Teodósio II por laços de parentesco e pode ter recebido essa indicação para reforçar a lealdade ao cumprimento das determinações do imperador.

Como já indicado, muitas famílias de funcionários imperiais asseguraram postos na administração imperial por muitas gerações. O *PPO* Antêmio 1 era neto de Flávio Filipo (*PLRE* 1, p. 696-697), que fora prefeito pretoriano do imperador Constâncio II (337-361). Ele também era pai de Flávio Antêmio Isidoro, *PPO* do Ilírico (424) e do Oriente (435-436), avô do lado materno do imperador do Ocidente Antêmio 3 (*PLRE* 2, p. 96-98), de 467-472, e sogro do *MVM per Orientem* Procópio 2 (*PLRE* 2, p. 920), que, por sua vez, foi pai do imperador do Ocidente Antêmio 3. Antioco 7 (Chuzon I) era avô de Antioco 10 (Chuzon II). Flávio Tauro Seleuco Ciro 7 também era neto de Flávio Tauro 4 (*PLRE* 1, p. 879-880), *PPO* do imperador Constâncio II, entre 355-361. Conforme destaca Harries (2013, p. 76), pouco faltava para que um desses indivíduos se aventurasse na usurpação do poder imperial em decorrência das redes de alianças e tradição familiar que detinham. Daí entendermos que o imperador Teodósio II, ao contrário de possuir pouca habilidade política, buscou negociar com facções, dentro da liberdade de manobra que lhe era possível, nesse ambiente imerso em conflitos de interesses regionais, que poderia se tornar instável em vista das ambições pessoais e familiares.

Dentre os Prefeitos Pretorianos, do Oriente e do Ilírico, e Prefeitos Urbanos de Constantinopla, identificamos que dez deles também ocuparam o posto de Cônsul: Antêmio 1; Antioco 7 (Chuzon I), Asclepiodoto 1, Flávio Florêncio 7, Flávio Tauro 4, Flávio Eustáquio 12 (*PLRE* 2, p. 436), Hiério

[9] Dentre a vasta correspondência epistolar desse bispo de Teodoreto que chegou aos nossos dias, citamos cartas aos funcionários: Ariobindas (carta 23), Neão (carta 18, governador da Eufratensis), Teodoro (carta 40, vicário), Anatólio (cartas 45, 79, 92, 111, 119, 121 e 138), Nomo (cartas 58, 81 e 96), Zenão (cartas 65 e 71), Tauro (carta 88), Florêncio (carta 89), Antioco (carta 95), Protógenes (carta 94) e Aspar (carta 139).

(*PLRE* 2, p. 557), Flávio Antêmio Isidoro 9, Flávio Monáxio (*PLRE* 2, p. 764-765), Flávio Florêncio Romano Protógenes (*PLRE* 2, p. 927). O consulado nesse período foi uma distinção de honra, prestígio e proeminência, uma vez que esses indivíduos, em número de dois por ano, tinham seus nomes inscritos nas leis e eram responsáveis por organizar os jogos urbanos em Constantinopla (JONES, 1964, p. 537). Flávio Tauro Seleuco Ciro 7, por exemplo, parece ter angariado tanta popularidade que Teodósio II o excluiu da administração e, em seguida, ele veio a se tornar bispo de Cotyaeum, na Frígia, em 443 (*PLRE* 2, p. 336-339). Identificamos quatro deles como também tendo obtido o título de *Patricius*, a quem o imperador queria conceder privilégios e prestígio acima dos cônsules. A função embora pareça ser decorativa, era revestida de um profundo significado simbólico. Eles portavam uma túnica que os distinguia dos demais e eram considerados como um pai que o imperador escolhera para si (PIGANIOL, 1972, p. 346-347). Figurava nessa posição Antêmio 1, Antioco 10 (Chuzon II), Flávio Florêncio Romano Protógenes e Flávio Tauro 4. Aqui, percebe-se a estratégia de cooptar essas grandes famílias com cargos e prestígio como forma de garantir a lealdade delas.

Além do prestígio e poder que os Prefeitos Pretorianos dispunham, pois também recebiam o título de *illustres,*[10] eles indicavam os funcionários que iriam ocupar os escalões inferiores na malha administrativa, embora a escolha requeresse a chancela do imperador (KELLY, 2008, p. 151). Abaixo da hierarquia dos Prefeitos Pretorianos estavam os vicários (delegados dos Prefeitos Pretorianos), que eram os administradores das dioceses. A Prefeitura Pretoriana do Oriente era dividida nas dioceses da Trácia, Asiana, Pôntica, *Oriens* e Egito. A Prefeitura Pretoriana do Ilírico era composta pelas dioceses da Dácia e da Macedônia. Essas divisões obedeciam a lógicas estratégicas de acomodação política e defensiva (INGLEBERT, 2015, p. 15).

Cada uma dessas dioceses era subdividida em províncias administradas pelos governadores provinciais, que eram os funcionários civis encarregados da justiça e coleta de impostos na sua jurisdição. Pela mesma lógica das dioceses, províncias poderiam ser desmembradas ou anexadas a outras em função do equilíbrio político. Existia uma hierarquia entre esses governadores, dependendo a quem eles deveriam responder sobre suas atividades: *proconsules, consulares, correctores e praeses*. Os *proconsules* (no Oriente, províncias da Ásia e Acaia), por exemplo, não respondiam nem aos vicários nem os Prefeitos pretorianos, mas se reportavam diretamente ao imperador, em nome de quem eles julgavam (PIGANIOL, 1972, p. 350-351). Isso nos esclarece a preocupação de Cirilo de Alexandria em não ser julgado por um tribunal asiático em Éfeso, capital da província da Ásia

[10] De acordo com Roland Delmaire (1995, 14-15), em 372 a hierarquia dos senadores, em virtude dos cargos exercidos, era composta, em ordem decrescente, por: *illustres, spectabilis e clarissimus*. Abaixo deles encontravam-se os antigos cavaleiros oriundos da ordem equestre que eram classificados de *perfectissim*us. Portanto, os prefeitos pretorianos, bem como outros funcionários que recebiam essas distinções eram oriundos da ordem senatorial.

(BERARDINO, 1990, p. 821), em decorrência dos problemas que poderiam ocorrer durante o Concílio de Éfeso, o que indica que ele já estava preparado para isso. Nesse caso, a carta escrita por Cirilo, logo que chegou a Éfeso, em 431, ao monge egípcio Vítor, parece indicar que ele não teria direito a apelação da pena que por ventura lhe fosse imposta por um governador que, provavelmente, poderia ser aliado de Nestório:

> Se Deus quiser, depois da santa festa [Páscoa] devemos seguir de Alexandria para Éfeso. Mas a sua piedade, que ultrapassa a nossa, pode, entretanto, ficar em guarda em outros lugares, uma vez que alguns desejam enganar-nos, ou melhor, [...] desejam levar petições ante o pio imperador, no sentido de que sejam ouvidos no Concílio, ou, ainda, pelo grande prefeito, pelo trono ou pelo governador da província. Em resumo, todos aqueles [nestorianos] buscam meios de se colocarem como perturbadores dos propósitos do Concílio. Portanto, vigie e tome cuidado para que, se vier acontecer dessa forma, advirta-os que os ensinamentos da fé devem permanecer firmes acima de tudo e, depois, se eles desejarem denunciar um bispo ou clérigo, estes devem ser julgados no Concílio ou em Constantinopla. ***Pois, não desejamos ser ouvidos pelos governantes em Éfeso, nem por um tribunal de justiça asiático, sob pena de sermos oprimidos por muitas dificuldades em campo estrangeiro*** (Cirilo, *Ep*. 107, destaque nosso).[11]

Ainda na primeira metade do século V d.C., as cidades que compunham as províncias eram as unidades básicas da administração imperial. O papel administrativo delas era fundamental na estrutura de poder em vista da alta demanda de tributação imperial requerida para sustentar a burocracia civil e militar do Império. Elas eram geridas por um conselho formado pela aristocracia local denominado *boulé.* Os membros desse conselho em função do status que desfrutavam na sociedade e pela busca por prestígio e reconhecimento tinham, em contrapartida, de prover suas cidades com monumentos públicos, comodidades e entretenimento que criassem o ambiente adequado para o mundo que se pensava ser civilizado e que fora herdado da tradição política grega. (WARD-PERKINS, 2008, p. 375-378). Mesmo os funcionários que já pertenciam aos altos escalões da administração imperial, civis e militares, angariavam prestígio ao proverem benfeitorias para as suas localidades de origem ou nas quais viviam. Várias inscrições em monumentos registraram esses atos de munificência por parte de Prefeitos pretorianos, e também por muitos outros funcionários dos escalões superiores, como os *PPO*s do Oriente Antioco 6 (Chuzon I) que reconstruiu os muros de Antioquia (*PLRE* 2, p. 103-104), Flávio Tauro Seleuco Ciro 7 que proveu a cidade de Constantinopla com iluminação nas ruas (*PLRE* 2, p. 336-339). Isso nos indica que o vínculo que os funcionários imperiais estabeleceram, seja com cirilianos ou nestorianos, extrapolava aos interesses puramente religiosos, mas estavam, também, relacionados ao próprio gerenciamento dos interesses das suas comunidades de origem.

[11] Essa carta não se encontra inclusa na obra *Acta Conciliorum Oecumenicorum*, mas foi preservada em fragmentos em idioma copta. A tradução dela por McEnerney foi feita com base em Kraatz, Koptische Akten, 5-6 (McENERNEY, 1987b, p. 170, nota 1).

As cidades que eram capitais de províncias eram denominadas de metrópoles, pois se distinguiam das demais por sua importância cultural, militar, econômica e político-religiosa. Havia uma concorrência entre elas para se estabelecerem e se manterem nessa condição. Os imperadores operavam com essas rivalidades em todos os níveis da administração, seja promovendo ou rebaixando o status de cidades, dividindo províncias ou dioceses quando queriam favorecer ou desprestigiar determinado grupo político que poderia se formar pela associação de funcionários imperiais e membros da hierarquia eclesiástica (BAYNES, 1926, p. 146-147; JONES, 1964, p. 373).

Além dos Prefeitos pretorianos e o Prefeito urbano de Constantinopla (*illustres*) que por força das suas altas atribuições gozavam de proximidade com o imperador, a hierarquia de funcionários do palácio imperial contemplava quatro ministros (*spectabilis*) que estavam na chefia do pessoal civil e militar que serviam ao palácio imperial: o *Magister Officiorum* (*MO*), o *Quaestor Sacri Palatii* (*QSP*) e os dois ministros financeiros, o *Comes Rei Privatae* (*CRP*) e o *Comes Sacrarum Largitionum* (*CSL*) (DELMAIRE, 1995, p. 13-15).

O *Magister Officiorum* era o chefe da administração do palácio. Ele supervisionava o secretariado (*scrinia*) que lidava com petições, relatórios, pedidos de embaixadas, traduções e a emissão de cartas de nomeações dos funcionários de baixo escalão (*probatoriae*). O *Magister* também era responsável, porém não de forma exclusiva, pelo sistema de correio imperial (*cursus publicus*), pela guarda do palácio (*scholae*), pela fábrica de armas (*fabricae*) e pelos *agentes in rebus*, que eram encorajados a coletar informações sobre as atividades dos outros departamentos administrativos.

Os *agentes in rebus* compartilhavam essas atividades com os *notarii,* corpo de servidores, principalmente escrivães e taquígrafos, que funcionavam como um secretariado imperial independente, ou seja, não vinculados ao *Magister Officiorum*. O corpo de notários era liderado pelo *Primicerius Notariorum* e compreendia diversas categorias. No Oriente, ao final do século IV d.C., o título de tribuno e notário equivalia ao ranking de *Comes Orientis* (vicário da diocese do Oriente) e *Praefectus Augustalis* (vicário da diocese do Egito). Esses dois grupos de funcionários, *agentes in rebus* e *notarii,* acompanhavam matérias administrativas, diplomáticas, eclesiásticas e militares (KELLY, 2008, p. 159-165). Para se mensurar a amplitude dessa estrutura, Kelly aponta em torno de 1.200 *agentes in rebus* em serviço, de acordo com uma lei, de 16 de abril de 430, assinada por Teodósio II.

Essa sobreposição de funções entre funcionários de diferentes departamentos permitia ao imperador alternar os canais de informação e comando. Essa estratégia assegurava uma maior supervisão e controle dos funcionários nos diversos níveis da administração imperial, inclusive nas questões eclesiásticas, como se pode observar pela alternância de funcionários destacados pelo

imperador para atuar na controvérsia. Durante o impasse que se seguiu no decorrer do Concílio de Éfeso, em 431, Teodósio II substituiu o *comes* Flávio Candidiano (*PLRE* 2, p. 257-258), identificado como um apoiador de Nestório, pelo *comes* João 12 (*PLRE* 2, p. 596), que, pela atuação nas negociações que se seguiram ao Concílio, indica que tenha atuado ao lado de Cirilo. João ocupava o posto de *Comes Sacrarum Largitionum* (*CSL*) naquele momento e, em seguida, no mesmo ano, assumiu o posto de *Magister Officiorum* (*MO*). Seu apoio a Cirilo se deu pela junção de convicções religiosas com o recebimento de suborno em vista da posição que ocupava. O relato de Nestório nos é sugestivo dessa estratégia do imperador de alternar funcionários na condução do conflito, sobretudo o revezamento entre simpatizantes de Cirilo e de Nestório:

> Quando o *comes* João, que era encarregado do tesouro público, foi enviado a Éfeso, pensava-se que ele estava vindo para que Cirilo e eu pudéssemos falar um com o outro. Todo o concílio estava reunido e era uma coisa que não se podia doravante recusar. Tudo aquilo apavorou e deixou estupefatos os outros [cirilianos], tão grande foi o medo e o terror deles de falar comigo e de ter um julgamento sobre as coisas controversas. Entretanto, isso [o encontro] não aconteceu, pois esse que é amado dos homens [Cirilo] havia chegado à casa dele [Alexandria]: isso que foi contado, por conseguinte, como um barulho; ao fim, aquele [Cirilo] que revelava as coisas escondidas as revelou e trouxe à luz e fez conhecer à vista de todos. Durante sua vida ele se cobriu de vergonha e após sua morte ele foi convencido; assim como aquele que vendeu a verdade, quero dizer João, como aquele que vendeu mais do que ele, quero dizer Cirilo, quando o ouro da iniquidade foi exigido (Nestório, *Liber*, 385).[12]

Outro funcionário bastante atuante após o encerramento do Concílio de Éfeso I foi o tribuno e notário Aristolau (*PLRE* 2, p. 146), que foi encarregado pelo imperador de mediar o acordo que ficou conhecido como *Fórmula da Reunião*, alcançado em 433. A estratégia parece aqui se repetir, pois ao que as evidências nos indicam Aristolau teria participado do lado de Cirilo, mas o imperador encarregou, também, o decano bispo oriental Acácio de Bereia, partidário de Nestório, para acompanhar o notário nas negociações:

> Não é completamente adequado, uma vez que a paz foi feita, que enviemos cartas àqueles que estão destacadamente acima dos outros mais santos bispos em todos os lugares, porque eles também, por estarem de acordo, podem restaurar a comunhão com eles? Finalmente, quem haveria de convencê-los se algo deveria ser feito diferente do que é agradável a todos, e que todos tem perseverado, da necessidade de considerar Nestório deposto e seus ensinamentos mais escandalosos anatematizados, ou melhor, seus absurdos contra Cristo, o Salvador de todos nós? Mas quando eu estava dominado pela tristeza e insuportavelmente ofendido pelo que foi feito contra mim pelos bispos orientais, longe do clero de Alexandria e de todos os mais tementes em Deus bispos da diocese do Egito, meu mais admirável senhor, o tribuno Aristolau, mitigou a minha tristeza e criou uma maneira muito fácil de fazer a paz e todos vieram ao desejo disso. E eu confesso que sou um devedor de sua excelência, porque ele é

[12] Nau, p. 247-248; Driver ; Hodgson, p. 278-279.

> cooperativo comigo em todas as coisas e pelo seu plano competente removeu o que me entristecia (Cirilo a Acácio de Bereia, *ACO,* I, 1, 1, p. 147-150).[13]

No quadro abaixo busca-se identificar alguns *Magistri Officiorum* que serviram durante o governo de Teodósio II e a posição que assumiram em relação ao conflito entre Cirilo e Nestório.

Quadro 2 - Amostra dos *Magistri Officiorum* no governo de Teodósio II.

NOMES	PERÍODO	APOIO	ORIGEM	*PLRE* 2 *(página)*
Hélio 1	414-427	-	-	533
Flaviano 1	430	-	Trácia	473
Paulino 8	430	Cristão Nestório?	-	846-847
João 12[14]	431-433	Cristão Cirilo	-	596
Valério 6	435	Não cristão?	Acaia? (irmão de Eudócia)	1145
Flegécio 1	441	-	-	880
Nomo 1	443-446	Cristão Cirilo	-	785-786
Lupicínio 2	448	Cristão Nestório?	-	693
Flávio Ariobindo Marcial	449	Cristão ariano Nestório	Germânico	729

Fonte: *PLRE* 2

Embora os dados sobre esse grupo de funcionários sejam escassos, algumas considerações podem ser feitas em relação à diversidade que o compunha. Além de João 12 que pela atuação durante o Concílio de Éfeso em 431 nos leva a crer ter atuado ao lado de Cirilo e daqueles que o sucederam nas suas ideias, outros dois *Magistri* são sugestivos de terem seguido na mesma linha. Nomo 1 (*PLRE* 2, p. 785-786), juntamente com o cubiculário Crisáfio (*PLRE* 2, p. 295-297), apoiou o monge Eutiques durante o Concílio de Éfeso II, em 449. Eutiques havia, naquele momento, aprofundado as ideias de Cirilo.

Interessante notar a trajetória de Eusébio 15 (*PLRE* 2, p. 430-431) no transcorrer do conflito. Antes de se tornar bispo da cidade de Dorileia, ele foi *agente in rebus* na administração oriental, de

[13] [...] εἰτα τίς ὁ ἀναπείθων αὐτούς, εἴ τι γένοιτο παρὰ τὸ πᾶσι δοκοῦν καὶ τὴν εἰς τοῦτο παρὰ πάντων ἔνστασιον εἰς τὸ χρῆναι καθηιρημένον ἔχειν Νεστόριον ἀναθεματίσαι τε τὴν ἐκτοπωτάτην αὐτοῦ διδασκαλίαν, μᾶλλον δὲ φλυαρίαν κατὰ τοῦ πάντων ἡμῶν σωτῆρος Χριστοῦ; λυπουμένους δὲ σφόδρα καὶ ἀφορήτως ἔχοντας διὰ τὰ κατ' ἐμοῦ πεπραγμένα παρὰ τῶν ἐκ τῆς τε ἀπὸ τοῦ κλήρου τῆς Ἀλεξανδρείας, καὶ πάντας δὲ τοὺς κατὰ τὴν Αἰγυπτιακὴν διοίκησιν θεοσεβεστάτους κατεπράυνεν οὕτως ὁ κύριός μου ὁ θαυμασιώτατος τριβοῦνος Ἀριστόλαος, ὥστε μοι καὶ λειοτάτην ἀπεργάσασθαι τὴν εἰς τὴν εἰρήνον ὁδὸν καὶ εἰς τοῦτο γνώμης ἐλθεῖν ἅπαντας. καὶ πλείστην ὅσην ὅμολογῶ τῆι θαυμασιότητι αὐτοῦ τὴν χάριν, συνεργασαμένωι πρὸς ἅπαντα καὶ τοῖς καθήκουσι λογσμοῖς ἀφανίσαντι τὸ λυποῦν.

[14] Também foi *Comes Rei Privatae,* de 426 a 429 e *Comes Sacrarum Largitionum,* entre 429 e 30 de maio de 431 (*PLRE* 2, p. 596).

428-429. Nessa condição, ele se tornou famoso como porta-voz dos cirilianos ao acusar Nestório por este negar o uso do termo *Theotokos,* aplicado à Virgem Maria. Depois, já como bispo, ele se tornou acusador de Eutiques, em 448, em virtude de o monge ter radicalizado as ideias de Cirilo. Sua postura nos indica a fluidez dos posicionamentos dos atores no conflito de acordo com as circunstâncias políticas do momento. Por apoiar o bispo Flaviano de Constantinopla, ele foi condenado no Concílio de Éfeso II, em 449, mas, depois, foi reabilitado no Concílio de Calcedônia, em 451.

O quadro dos *Magistri Officiorum* também nos revela as redes familiares e de amizades que se formavam para assegurar lealdade ao regime instituído. Valério 6 (*PLRE* 2, p. 1145), cônsul em 432 e *MO* em 435, era irmão da imperatriz Eudócia, que não era cristã antes de se casar com Teodósio II. Há possibilidades que ele possa ter permanecido nessa condição de não cristão mesmo após fazer parte da administração imperial. Os exemplos de outros tantos funcionários não cristãos na administração de Teodósio II nos indicam que essa diversidade seria benéfica para se evitar a ascensão de poderes concorrentes com força para ameaçar a posição do imperador. Paulino 8 (*PLRE* 2, p. 846-847) foi amigo de infância e cresceu junto com Teodósio II. Teria sido ele quem, juntamente com a Augusta Pulquéria, apresentou Eudócia para se casar com o imperador. A família de Eudócia era proveniente de Atenas, situada na província de Acaia, diocese do Ilírico. Essa diocese permaneceu, conforme discorreremos mais adiante, como área de disputa entre a hierarquia eclesiástica oriental e ocidental após a divisão do Império. O casamento pode ter servido ao objetivo de selar aliança com uma família influente naquela região e assegurar o domínio dela pelo Oriente. Os interesses que essas ligações contrariavam podem ser vislumbrados nas intrigas que esses personagens foram alvos na Corte, em Constantinopla. Nestório percebeu esses acontecimentos relacionados à família imperial como se fosse um castigo divino em resposta ao apoio de Teodósio II à teologia de Cirilo:

> Mas, desde que você me culpa por não dizer claramente o que se passou, ó chefe dos santos, Sofrônio, escuta isso também que você sabe através de outros, e tome testemunho da verdade que será dita: no momento em que, como você já sabe, você vê que a morte raptou a filha do imperador [provavelmente, Flacila, que morreu em 431] e, após isso, daquele demônio [Paulino], príncipe do adultério, que jogou a imperatriz no opróbrio e na vergonha. (Nestório, *Liber*, 520).[15]

Em 433, Paulino 8 teria sido executado por Teodósio II ao ser acusado de ser amante da imperatriz Eudócia. Contudo, outras versões indicam que Paulino teria cometido adultério não com Eudócia, mas com a Augusta Pulquéria (*PLRE* 2, p. 847). Esses rumores talvez não passassem de boatos, mas indicam que todas as estratégias eram utilizadas na luta pelo poder de se estabelecer espaço

[15] Nau, p. 331; Driver; Hodgson, p. 378-379.

político na administração imperial. Essa situação certamente causou graves danos à imagem da família imperial, cujo símbolo de devoção e piedade era um dos alicerces em que se ancorava a legitimidade do regime. Não é de surpreender que essa acusação de adultério de Eudócia tenha surgido após emissão de um Édito imperial que colocava várias restrições para que os nestorianos se reunirem (*ACO,* I, 3, p. 182-183).

Outra categoria que compunha o núcleo da administração imperial durante o governo de Teodósio II, e nos ajuda a vislumbrar a diversidade dos seus membros são os funcionários designados como *Quaestores Sacri Palatii.* Eles recebiam funções judiciais e eram responsáveis pela redação das leis imperiais. Durante os anos de 429 e 438, foram eles que organizaram a compilação do Código Teodosiano. Pode-se perceber, pelo quadro abaixo, que alguns deles foram alçados ao posto de Prefeito Pretoriano, seja do Oriente ou do Ilírico, ao término das atividades de questura, passando, em consequência, da categoria de *spectabilis* para *illustres*:

Quadro 3 - Amostra de *Quaestores Sacri Palatii* no governo de Teodósio II.

NOMES	PERÍODO	APOIO	ORIGEM	*PLRE* 2 *(página)*
Flávio Eustáquio 12	414-417	Cristão -	-	436
Salústio 4	422-424	Cristão -	-	972
Antioco 7 (Chuzon I)	425-426	Cristão Nestório	Antioquia	103-104
Antioco 10 (Chuzon II)	427-430	Cristão Nestório	Antioquia	104
Domiciano 4	432-433	Cristão Nestório	-	370
Eubulo	434-435	Não cristão -	-	403
Maximino 5	436	Não cristão -	-	742
Martírio 2	438-439	Cristão -	-	731

Fonte: *PLRE* 2; HONORÉ, 2010, p. 71.

Em estudo acerca dos funcionários que ocupavam esse nível da administração de Teodósio II, Tony Honoré (2010, p. 69-72), principalmente baseando-se no estilo de redação e no vocabulário que eles empregavam, identificou a inclinação religiosa de sete *QSP*s que foram atuantes na redação do Código Teodosiano. Incluímos na tabela acima o *QSP* Domiciano 4 para demonstrar a presença de facções divergentes na administração imperial. Domiciano além de fazer parte da rede de sociabilidade do bispo Teodoreto de Ciro, apoiador de Nestório, recebeu de Teodósio II a incumbência de forçar os bispos cirilianos da província da Cilícia a entrar em comunhão com o bispo João de Antioquia após a assinatura da *Fórmula da Reunião*, em 433. Portanto, o imperador deve ter escolhido um nome

adequado às suas expectativas para executar essa função contra bispos recalcitrantes, por isso o incluímos no grupo de funcionários que se inclinaram a apoiar os nestorianos. Em relação aos demais, Honoré julga que cinco deles eram cristãos. Segundo ele, outros indivíduos, e não somente os *QSP*s, que ocupavam funções equivalentes as de advogados no período, não deixavam de expressar a sua fé nos textos que redigiam. Portanto, expressões como "*nostra fides*" e "*vera religio*" são recorrentes na redação das leis e outros documentos elaborados por juristas cristãos, auxiliando na identificação das suas inclinações religiosas. Honoré (2010, p. 94) demarca o governo de Teodósio II como um momento em que se percebe a gradual fusão das tradições jurídicas não cristãs com a fé cristã, num momento que, até então, a maioria dos juristas ainda não professavam o Cristianismo.

O grupo de funcionários imperiais identificados como *Praepositi Sacri Cubiculi* (*PSC*) também atuou de forma destacada na *Controvérsia Nestoriana*. O *Praepositus Sacri Cubiculi*, normalmente era um eunuco que chefiava a equipe dos *castrensis.* Essa equipe de funcionários atendia às necessidades pessoais do imperador e da família imperial. Dentre eles se destacavam o *Primicerius Sacri Cubiculi* (superintendente da câmara imperial), o *Castrensis Sacri Palatii* (mordomo do palácio sagrado), o *Comes Demorum per Cappadociam* (conde das propriedades imperiais na Capadócia) e o *Comes Sacrae Vestis* (conde do guarda-roupa sagrado). Essa equipe supervisionava as atividades de cozinheiros, pajens, atendentes e indivíduos que cuidavam do guarda-roupa imperial (KELLY, 2008, p. 165).

Eles se constituíram em um canal de comunicação privilegiado na administração imperial, dada à proximidade que gozavam junto ao imperador e seus familiares. Essa proximidade fazia com que eles fossem percebidos ter certa ascendência sobre o imperador e, com isso, influenciar nos assuntos de governo. Contudo, entendemos que se essa proximidade os tornava poderosos ela também, paradoxalmente, constituía a fonte da vulnerabilidade deles. Os eunucos eram estrangeiros e, na Antiguidade Tardia, eram recrutados entre indivíduos de origem persa, germânica ou armênia, que eram vendidos ou presenteados como escravos para cumprirem funções domésticas, sejam elas na família imperial ou na aristocracia. Muitas vezes eles caíam em desgraça com a troca dos imperadores, como no caso de Crisáfio, que foi assassinado a mando das facções rivais na Corte após a morte de Teodósio II. Eles poderiam, ainda, cair em descrédito mesmo durante o período do imperador a que serviam em vista, talvez, de exorbitarem da influência que exerciam. Esse parece o caso do eunuco Antioco, que teve suas propriedades confiscadas e foi forçado por Teodósio II a deixar o palácio e tornar-se sacerdote na grande igreja de Constantinopla (Malalas, *Chronicle*, XIV, 15 e 32).

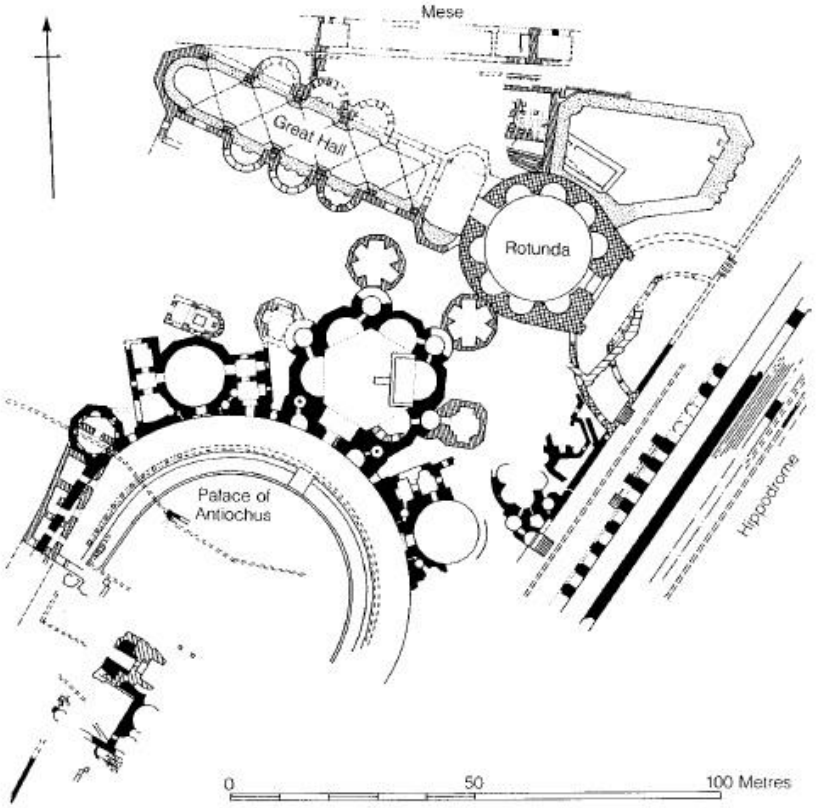
Shaun Tougher (2008, p. 48) indica que uma teoria para a emergência de uma Corte de eunucos na Antiguidade Tardia postula que eles seriam uma força política criada pelos imperadores em

contraposição ao aumento da ordem senatorial que havia absorvido nas suas fileiras a antiga ordem equestre. Entretanto, entendemos que indivíduos estrangeiros de origem servil na Corte, no máximo, se envolveriam como canais de comunicação entre o imperador e a sociedade e como mediadores na rede de trocas políticas em que estavam inseridos, sem, contudo, terem maiores pretensões de avançarem na hierarquia política. Em nossa opinião, por mais poder, riqueza e influência que um eunuco pudesse angariar ele nunca seria um indivíduo elegível para ocupar posições na administração imperial reservadas a cidadãos romanos, como, por exemplo, o posto de imperador.

Como nos demonstra Walter Stevenson (2002, p. 123-138), os eunucos não foram estranhos na literatura cristã dos séculos II e III d.C. A prática da emasculação já é verificada nesse período entre cristãos, sobretudo em algumas ordens monásticas que requeriam a castração dos seus membros. A existência de que essa prática ocorria em cidadãos romanos na Antiguidade Tardia é corroborada pela emissão da lei pelo imperador Constantino (306-307) que proibia essa prática no Império (TOUGHER, 2002, p. 144). Esse dispositivo legal não impediu, contudo, o incremento de eunucos na Corte de Teodósio II. Esse crescimento nos parece, também, ligado à necessidade de projetar a ideologia imperial de uma Corte que queria se mostrar casta e devotada à religião, do mesmo modo como também teria contribuído para isso os votos de castidade da Augusta Pulquéria.

A despeito da origem servil e estrangeira, os eunucos se posicionaram bem no mercado de influências, situação paralela que souberam exercer àquela que seria a ocupação principal deles nos cuidados pessoais do imperador e sua família. Eles amealharam riquezas expressivas como no caso do eunuco Antioco que possuía um palácio na esquina do hipódromo e próximo do palácio imperial, um lugar privilegiado de poder na capital imperial, Constantinopla:

Figura 1 – Palácio de Antioco, em Constantinopla



Fonte: GREATREX; BARDILL, 1996, p. 195.

O protagonismo percebido da atuação dos eunucos junto a Teodósio II foi bastante explorado após a morte do imperador. Os cronistas que tentaram depreciar a atuação de Teodósio II afirmavam que a sua fraqueza advinha de ele ser dominado pelos eunucos (Prisco, *Frag. Hist*., 52) ou que Crisáfio, por exemplo, havia exercido grande influência porque fora cobiçado pelo imperador em virtude da sua excessiva "boa aparência" (Malalas, *Chron.*, XXIV, 19).

Durante o governo de Teodósio II, identificamos os seguintes *PSC*s listados no quadro abaixo. Além dos nomes abaixo mencionados outros *cubibulari* que exerceram papel de destaque nas negociações que envolveram a *Controvérsia Nestoriana* como os eunucos Escolastício, Crisáfio, Romano e Artabas que exerciam funções subordinadas aos *praepositi*:

Quadro 4 - Amostra dos *Praepositi Sacri Cubiculi* no governo de Teodósio II.

NOMES	PERÍODO	APOIO	ORIGEM	*PLRE* 2 *(página)*
Amâncio 2	Vários	Provavelmente cristão	-	66
Lauso 1	420	Cristão Cirilo	-	660
Antioco 5	421	Cristão -	Pérsia	101-102
Crisero 1	431	Cristão (nestoriano)	Provavelmente romano	297
Paulo 10	431	Cristão Cirilo	-	850
Félix 8	434-442	Cristão Cirilo	-	460
Artaxes	442	Cristão Cirilo	Pérsia ou Armênia	154
Maximino 9	450	Provavelmente cristão	-	742

Fonte: *PLRE* 2

A influência desse grupo de funcionários imperiais foi decisiva no desdobramento do conflito entre as facções lideradas por Cirilo e Nestório. Após o Concílio de Éfeso I, em 431, que foi seguido pelas negociações em que Teodósio II determinou que um acordo intermediário fosse alcançado através de uma fórmula doutrinal que agradasse a ambas as facções (*Fórmula da Reunião*, de 433), um embarque de presentes e ouro foi despachado de Alexandria, a mando de Cirilo, para a Corte de Constantinopla com o objetivo de aliciar membros da Corte em seu apoio (*ACO,* I, 4, p. 222-225). Cirilo não teria despendido com os *cubiculari* a fortuna relacionada no quadro abaixo se não soubesse da efetividade deles em auxiliá-lo nas suas demandas. A estratégia acertada de Cirilo foi acusada por Nestório:

> Eles prepararam ainda outras maldades. Pois eles fizeram reuniões de padres e tropas de monges e mantiveram conselhos contra mim, os ajudando nesse objetivo. Eles tinham por auxiliares nessas coisas todos os eunucos do imperador (Nestório, *Liber*, 375)[16].

Para isso, Cirilo contou ainda com o apoio de Maximiano que fora eleito bispo de Constantinopla em substituição a Nestório:

> Ao mais reverendo e caro a Deus confrade no ministério, Maximiano, Cirilo saúda no Senhor. É justo, eu penso, mesmo agora, desde que sua perfeição foi consagrada no trono episcopal, que nós oramos muito que você receberia. [...] Mas fomos resgatados dos laços desse caçador insaciável [Nestório]. Fomos salvos através de Cristo o Salvador de todos nós. Porque acreditamos que ele é Deus e professamos que a Mãe de Deus o portou de acordo com a carne, e dizemos com ele: 'Você irá nos reviver e nós não nos apartaremos de você e proclamaremos seu nome' para todo o sempre. E de todas essas coisas o patrono era o divino, misterioso e

[16] Nau, p. 241; Driver; Hodgson, p. 272.

> sobrenatural decreto e a intenção do mais religioso e cristão imperador, uma intenção que ocorreu pelos comandos do alto (*ACO,* I, 1, 3, p. 72-74).[17]

Apesar de Cirilo e seus aliados expressarem que foram salvos por obra do Cristo, foi necessário que o bispo alexandrino esvaziasse os cofres da Igreja de Alexandria para contar com a ajuda de alguns membros da Corte para que a nomeação do seu aliado, Maximiano, fosse mantida no episcopado da capital imperial. A relação abaixo mostra a substantiva soma despendida com alguns funcionários palacianos em troca de apoio. Essa relação, juntamente com os presentes, foi enviada pelo secretário de Cirilo, Epifânio, a Constantinopla para que fossem distribuídos por Maximiano:

Quadro 5 – Presentes de Cirilo para a Corte em Constantinopla.

FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO	PRESENTES RECEBIDOS
Paulo	*PSC*	- 4 tapetes grandes de lã; - 2 tapetes médios de lã; - 4 capas de poltronas; - 4 toalhas de mesas; - 6 *bila* grandes (tapetes?); - 6 *bila* médias; - 6 capas para bancos; - 12 capas para portas; - 2 caldeirões grandes; - 4 cadeiras de marfim; - 2 bancos de marfim; - 4 *persoina* (mobília?); - 2 mesas grandes; - 2 avestruzes (mobília?); - 50 libras de ouro.
Domesticus de Paulo	*Domesticus*	- 1 tapete de lã; - 2 tapetes; 4 *bila*; - 2 capas de bancos; - 100 moedas de ouro.
Marcela	*Cubiculariae*	- o mesmo enviado ao anterior; - 50 libras de ouro.
Droséria	*Cubiculariae*	- o mesmo enviado a Marcela; - 50 libras de ouro.
Crisero	*PSC*	- 6 tapetes grandes de lã; - 4 tapetes médios; - 8 capas de bancos; 6 toalhas de mesas; - 6 bila grandes; 6 *bila* médios; - 6 capas de banco; - 12 capas de cadeiras; - 4 caldeirões grandes; - 4 cadeiras de marfim; - 4 bancos de marfim; - 6 persoina; - 4 mesas grandes; - 6 avestruzes; - 200 libras de ouro.
Salomão	*Domesticus* de Crisero	- 2 tapetes grandes de lã; - 4 capas de bancos; - 4 toalhas mesas; - 4 *bila*; - 4 capas de poltronas; - 6 capas de cadeiras; - 6 caldeirões; - 2 cadeiras de marfim; - 2 avestruzes; - 50 libras de ouro.
Heleniana	Esposa do Prefeito Pretoriano	- as mesmas coisas enviadas para Crisero; - 100 libras de ouro.
Florentino	*Domesticus* do Prefeito	- o mesmo que para Salomão; - 50 libras de ouro.

[17] Τῶι εὐλαβεστάτωι καὶ θεοφιλεστάτωι συλλειτουργῶι Μαξιμιανῶι Κύριλλος ἐν κυρίαπ χαίρειν. Πρέπειν οἶμαι καὶ νῦν εἰπεῖν, τῆς σῆς τελειότητος τὴν πολύευκτον ἡμῖν λαχούσην ἱερωςύνην εὐφρανθήτω ὁ οὐρανὸς ἄνωθεν, χαιρέτω δὲ καὶ ἡ σύμπασα γή καὶ βοάτω μετ εὐφροσύνης κατὰ τὴν τοῦ προφήτου φωνήν […] ἀλλ' ἐξηιρήμεθα μὲν ἡμεῖς τῆς τοῦ θηρεύοντος ἀπλήστου παγίδος, σεσώσμεθα δὲ διὰ τοῦ πάντων ἡμῶν σωτῆρος Χριστοῦ, δν καὶ θεὸν εἶναι πιστεύοντες, ὁμολογοῦντες δὲ θεοτόκον καὶ τὴν κατὰ σάρκα τεκοῦσαν αὐτόν, αὐτῶι πρόσιμεν λέγοντες ζωώσεις ἡμᾶς καὶ οὐ μὴ ἀποστῶμεν ἀπὸ σοῦ, καὶ τῶι ὀνόματι σου ἐξομολογησόμεθα εἰς τοῦς αἰῶνας. ἁπάντων δὲ τούτων ἡμῖν τῶν τριποθήτον ἀγαθῶν γέγονε πρόξενος ἡ θεία τε καὶ ἀπόρρντος καὶ ἄνωθεν ψῆφος καὶ ἡ τοῖς ἄνωθεν νεύμασι συντρέχουσα γνώμη τοῦ εὐσεβεστάτου καὶ φιλοχρίστου βασιλέως.

Romano	*Cubicularius*	- 4 tapetes grandes de lã; - 4 capas de bancos; - 4 *bila*; - 4 capas de poltronas; - 6 capas de cadeiras; - 2 caldeirões; - 2 cadeiras de marfim; - 30 libras de ouro.
Dominino	*Cubicularius*	- 4 tapetes grandes de lã; - 4 tapetes grandes; - 4 *bila* médias; - 4 capas de bancos; - 6 capas de poltronas; - 6 capas de cadeiras; - 2 caldeirões grandes; - 2 cadeiras de marfim; - 2 bancos de marfim; - 4 avestruzes; - 50 libras de ouro.
Escolastício	*Cubicularius*	- as mesmas coisas despachadas a Crisero; - 100 libras de ouro;
Teodoro	*Domesticus* de Escolastício	- 50 libras de ouro.
Outros	Amigos de Escolastício	- 2 tapetes de lã; - 2 capas de bancos; - 4 toalhas de mesas; 4 tapetes; - 4 bancos; - 6 capas de poltronas; - 2 caldeirões; 2 avestruzes.
Artabas	*Cubicularius*	- o mesmo despachado para Escolastício; - 100 libras de ouro.
Magister	*MO*	- o mesmo que enviado para Artabas; - 100 libras de ouro.
Doméstico do *Magister*	*Domesticus*	- o mesmo que enviado para Rufino;
Quaestor	*QSP*	- as mesmas coisas enviadas ao *Magister*; - 100 libras de ouro;
Ablábio	*Domesticus* do *Quaestor*	- o mesmo enviado para Eustáquio;
Amônio	*Comes*	- 1.500 libras de ouro

Fonte: *ACO*, I, 4, p. 222-224; *ACO,* I, 4, p. 224-225.

Uma análise da lista de presentes acima nos revela o posicionamento de alguns membros da Corte no início do conflito. Aqueles indivíduos a quem Cirilo destinou quantidades dobradas de presentes certamente eram os funcionários que faziam oposição acirrada a ele. O segmento dos *cubiculari*, à exceção do *PSC* Crisero, recebeu menor quantidade de presentes. Isso nos parece decorrer do fato de que os eunucos já eram aliados de Cirilo, mas que, mesmo assim, não poderiam ficar à margem de um sistema de compra de influências institucionalizado. Crisero recebeu duzentas libras de ouro enquanto o outro *PSC* Paulo recebeu um quarto dessa quantia.[18] Entretanto, há indicações de que, embora fosse chefe da equipe dos *cubiculari*, Crisero não fosse um eunuco (*PLRE* 2, p. 297). A esposa e o *domesticus* do *PPO*, provavelmente Rufino 8, receberam também quantidades expressivas. O *Magister*, que pode ser identificado como João 12, recebeu a mesma quantidade dos *cubiculari,*

[18] Esses dois funcionários eram chefes dos *cubiculi* de Teodósio II e Pulquéria. Não há indicações de quem servia a quem. A *PLRE* 2, p.297, não faz referência se Crisero era eunuco, nem Shaun Tougher (2008, p. 133-171) o inclui no inventário prosopográfico dos eunucos que serviram à Corte no Império Bizantino. Essa hipótese se torna plausível uma vez que, de todos os *cubiculari,* foi único que fez oposição a Cirilo.

Escolastício e Artabas, que estavam em posição inferior aos *PSC*s. Portanto, essa distribuição de presentes nos indica que, dentre o conjunto dos funcionários, os eunucos tendiam a apoiar Cirilo e os demais funcionários, Nestório.

Na carta a qual vai anexada a lista dos presentes acima se percebe a preocupação de Cirilo ao que parece uma desvantagem dele em relação à facção que apoiava Nestório na Corte. Ele tentou, inclusive, manobrar para que o *PSC* Crisero fosse substituído nas funções por alguém da sua confiança, o *cubicularius* Lauso:

> Os clérigos que estão aqui estão tristes, pois a igreja de Alexandria está sendo despojada por causa desse distúrbio. E é devido, além das coisas que foram expedidas a partir daqui: mil e quinhentas libras de ouro para o *comes* Amônio, para que ele mantenha a sua promessa. Mas, sua igreja [deve] prover a avareza daqueles a quem você conhece, para que a igreja de Alexandria não se entristeça por sua santidade ter agido contra as suas promessas. Como você o conhece, fale ao *comes* Amônio de modo que sua santidade possa persuadi-lo e trazê-lo para mais perto de nós, de modo que não haja tristeza sobre isso também. O magnífico Aristolau, que trabalha por sua santidade, está completamente triste, pois você escreveu tais coisas a ele. Deixe, portanto, a sua santidade pedir à sua senhora esposa [de Aristolau] que escreva a ele pedindo esse trabalho com perfeição e que também o reverendíssimo Eutiques escreva a ele. Além disso, sua santidade deve se apressar em perguntar à dama Pulquéria se ela deixou o senhor Lauso entrar para ser prefeito, de modo que o poder de Crisero seja destruído e, assim, nosso ensino seja reforçado. Caso contrário, estamos prestes a estar sempre aflitos. (*ACO,* I, 4, p. 222-224).[19]

Assim como já havia percebido Raymond Janin (1960, p. 98), a impressão é que Nestório possuía apoio majoritário na Corte, caso contrário não haveria necessidade de Cirilo despender tão volumosa soma de recursos para persuadi-la. A lista de presentes e ouro que indicamos acima está preservada no manuscrito *Collectio Casinensis* (*ACO,* I, 4), produzido e transmitido por apoiadores de Nestório, ao passo que não se verifica documento similar nos manuscritos preservados pelos cirilianos que indiquem que essa prática também tenha sido adotada por Nestório e seus aliados. O propósito propagandístico que norteou a confecção e a transmissão desses documentos não deixaria de incluir nas coleções cirilianas, *Collectio Vaticana* (*ACO,* I, 1, 1-6) e *Collectio Atheniensis* (*ACO,* I, 1, 7), uma lista de suborno de Nestório aos funcionários, caso ela existisse. Cirilo, portanto, investia na direção dos funcionários imperiais que eram hostis a ele na tentativa de equilibrar o jogo de forças políticas que lhe parecia desfavorável:

[19] clerici enim qui hic sunt, contristantur quod ecclesia Alexandrina nudata sit huius causa turbelae; et debet praeter illa quae hinc transmissa sunt, Ammonio comiti auri libra mille quingentas et nuc ei denuo scriptum est ut praestet. sed de tua ecclesia praesta auaritiae quorum nosti, ne Alexandrina ecclesia contristetur quod praeter promissa gerat sanctitas tua. ut nosti, loquere Ammonio comiti et suadat ei ea quae scit religiositas tua, et fac illum scriber hic, ne sit etiam de hoc tristitia. magnificentissimus Aristolaus, qui pro tua sanctitate laborat, contristatur omnio quod ei talia scripseris. roget itaque sanctitas tua domnam iugalem eius ut scribat ei rogans illum ut perfecte laboret et ut reuerentissimus Eutyches scribat ei. festinet autem sanctitas tua rogare dominam Pulcheriam ut faciat domnum Lausum intrare et Praepositus fiere, ut Chryserotis potential dissoluatur et sic dogma nostrum roberatur. alioquim simper tribulaturi sumus.

> Não é pela fé que ele [Cirilo] demonstrava confiança e zelo, mas que não se examinasse e não se julgasse os seus negócios e os meus: por cartas e toda sorte de outras coisas, ele corrompeu aqueles que se aproximavam do imperador e das imperatrizes (Nestório, *Liber*, 394).[20]

O grau de intromissão com que os membros, de ambas as facções, da hierarquia eclesiástica tentaram interferir nas negociações de Teodósio II, utilizando-se para esse fim dos funcionários imperiais que gozavam da proximidade do imperador, nos indica que tanto Cirilo quanto Nestório conseguiram estender a disputa entre eles para o núcleo do poder imperial, pois, participar da querela era um meio de os funcionários disputarem espaço na administração imperial. Nesse sentido, ambos os bispos e as facções que eles representavam interferiam no arcabouço do regime ao tentarem manipular o equilíbrio de forças que Teodósio II tentava manter para assegurar a governabilidade. A situação teve um efeito potencialmente nocivo para o imperador em vista da discussão teológica se referir a uma construção ideológica que estava no cerne da legitimidade do poder imperial: a construção de uma realeza cristã espelhada no plano superior cuja elaboração estava em disputa entre o imperador e a hierarquia eclesiástica.

Ao que os documentos nos indicam, a disputa teológica era o móvel central que animava o conflito, mas ele se revestia, também, de efeitos colaterais que se traduziam em prestígio e autoridade para os bispos e funcionários imperiais. Os primeiros almejavam estabelecer como ortodoxa a doutrina que pregavam, com todas as vantagens que viriam auferir em caso de sucesso dentro de um sistema religioso que se pretendia universal. Os segundos, aumentar seus poderes e a representatividade de suas regiões de origem em um sistema altamente centralizado. Conforme indica Brown (2002, p. 101) “através da sua aliança com o imperador, Nestório entrou em um mundo onde a vida cerimonial da Corte imperial dava regular apoio imaginativo às suas noções centrais da natureza das relações entre Deus e a humanidade”. Ou seja, a noção de distanciamento imperial embutida na teologia de Nestório ensejaria maior participação dos funcionários na vida administrativa e no cerimonial imperial. Daí entendermos a acusação de Cirilo de que a Corte imperial era majoritariamente nestoriana no início da controvérsia, motivo pelo qual Cirilo teve que despender vultosas somas na persuasão de seus membros.

As teses teológicas, portanto, resultavam na construção de modelos de realeza que afetaria o modo de percepção e de atuação do imperador. Conforme indicou Bourdieu (2007, p. 38), a autonomia do campo religioso faculta ao corpo de sacerdotes a racionalização de uma determinada teologia que é erigida na forma de dogma cuja validade e perpetuação ele garante. Contudo, como veremos no capítulo seguinte, essa autonomia não era plena, pois Teodósio II atuava por meio de negociações para

[20] Nau, p. 253; Driver ; Hodgson, p. 285-286.

que se afirmasse aquela doutrina que melhor representaria os seus interesses de governante. Isso porque as ações dos bispos adentraram o campo político de atuação do imperador, e este, ao mesmo tempo, interferiu no campo religioso como forma de manter o equilíbrio que assegurasse a sua legitimidade de governar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intrincadas questões cristológicas que permearam a definição de uma ortodoxia cristã não podem ser desconsideradas quando das análises das relações de poder que buscavam definir determinado modelo de Estado na Antiguidade Tardia. Nesse sentido, o governo de Teodósio II se constitui em vasto campo para essas análises, que podem ser empreendidas por meio da farta documentação relacionada aos Concílios da Igreja patrocinados por esse imperador. Nessas reuniões conciliares, percebe-se que tais definições teológicas estavam condicionadas à imensa diversidade de interesses político-religiosos e administrativos regionais que animavam as culturas político-religiosas das elites do vasto Império Romano do Oriente. Tais elites formadas por membros da hierarquia eclesiástica e funcionários da administração imperial atuaram em blocos no sentido de assegurar suas participações em uma estrutura que tendia a centralizar-se na figura imperial. Desse modo, como mediador de um conflito em que ele próprio estava inserido, uma vez que a concepção da soberania a ele outorgada dependia da definição da natureza de certo tipo de divindade imaginada, a atuação de Teodósio II, na *Controvérsia Nestoriana*, foi percebida em consonância ao viés de leitura que se imprimiu aos documentos de cunho altamente propagandístico, produzidos e feitos circular pelas duas principais facções em confronto, que requer sejam analisados de maneira mais ampla de forma que contemple os diferentes segmentos da diversa sociedade romano-oriental tardia.

REFERÊNCIAS

ACTA CONCILIORUM OECUMENICORUM. Tomus I et II. Edidit Eduard Schwartz et al. Berlin et Leipzig: Walter de Gruyter & Co., 1914-.

CYRIL OF ALEXANDRIA. **Letters 1-50.** The Fathers of the Church. Vol. 76. Translated by John I. McEnerney. Washington/DC: The Catholic University of Press, 1987a.

_____. **Letters 51-110**. The Fathers of the Church. Vol. 77. Translated by John I. McEnerney. Washington/DC: The Catholic University of Press, 1987b.

MALALAS. **Chronicle**. Translation by Elizabeth Jeffreys, Michael Jeffreys and Roger Scott. Melbourne: Australian Association for Byzantine Studies, 1986.

NESTORIUS. **The Bazaar of Heracleides.** Translated from the syriac by G. R. Driver and Leonard Hodgson. Oxford: Oxford University Press/Clarendon Press, 2002.

_____. **Le Livre d'Heraclide de Damas**. Traduit en français par F. Nau avec le concours P. Bedjan et M. Brière. Paris: Letouzey et Ané Éditeurs, 1910.

_____. Lettre à Cosme d'Antioche. In: _____. **Le Livre d'Heraclide de Damas**. Traduit en français par F. Nau avec le concours P. Bedjan et M. Brière. Paris: Letouzey et Ané Éditeurs, 1910, p. 361-366.

NOTITIA DIGNITATUM. Nueva edición crítica y comentario historico por Concepción Neira Faleiro. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005.

PRISCUS. **The Fragmentary History of Priscus**. Tranlated with an introduction by John Given. Christian Roman Empire Series. Vol. 11. Merchantville: Evolution Publishing, 2014.

THEODORET. **Letters**. Translated by Bomfield Jackson. Revised and edited for New Advent by Kevin Knight from Nicene and Post-Nicene Fathers, Second Series, Vol. 3. Buffalo: Christian Literature Publishing, 1892. 1 CD-ROM.

BADEL, Christophe; INGLEBERT, Hervé. **Grand Atlas de l'Antiquité romaine**. Paris: Éditions Autrement, 2014.

BARCELÓ, Pedro. The Desconstruction of the Emperor in the IVth. Century. In: HERNÁNDEZ DE LA FUENTE, David. (Ed.). **New Perspectives on Late Antiquity**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2011, p. 23-39.

BARNISH, Sam; LEE, A.D.; WHITBY, Michael. Government and administratio*n*. In: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan; WHITBY, Michael. (Ed.). **Late Antiquity:** Empire and Successors, A.D. 425-600. The Cambridge Ancient History. Vol. XIV. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 164-206.

BAYNES, Norman H. Alexandria and Constantinople: a study in ecclesiastical diplomacy. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 12, n. 3-4. p. 145-156, 1926.

BERARDINO, Angelo di. **Dictionnaire Encyclopédique du Christianisme Ancien**. 2v. Paris: Éditions du Cerf, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª Ed. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Poverty and leadership in the later Roman empire**. Hanover: University Press of New England, 2002.

DELMAIRE, Roland. **Les Institutions du Bas-Empire Romain de Constantin à Justinien**: les institutions civiles palatines. Paris: Les Éditions du Cerf, 1995.

DRIVER, Godfrey R.; HODGSON, Leonard. Introduction. (1925). In: NESTORIUS. **The Bazaar of Heracleides.** Translated from the syriac by G. R. Driver and Leonard Hodgson. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. ix-xxxv.

ERRINGTON, R. Malcolm. **Roman imperial policy**: from Julian to Theodosius. Chapel Hill : The University of North Carolina Press, 2006.

GREATREX, Geoffrey ; BARDILL, Jonathan. Antiochus the «Praepositus»: A Persian Eunuch at the Court of Theodosius II. **Dumbarton Oaks Papers,** v. 50, p. 171-197, 1996.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Ensaios sobre História Antiga**. (Tese de Livre-Docência). 330p. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2014.

HARRIES, Jill. Men without women : Teodosius' consistory and the business of governement. In: KELLY, Christopher. (Ed.). **Theodosius II** : rethinking the Roman Empire in late Antiquity. Cambridge : Cambridge University Press, 2013, p. 67-89.

HONORÉ, Tony. Some Quaestors of the Reign of Theodosius II. In: HARRIES, Jill; WOOD, Ian. (Ed.). **The Theodosian Code**: studies in the imperial Law of late antiquy. 2ª ed. Bristol: Bristol Classical Press, 2010, p. 68-94.

INGLEBERT, Hervé. Les discours de l'unité romaine au quatrieme siècle. In : DIJKSTRA, Roald ; POPPEL, Sanne Van ; SLOOTJES, Danielle. (Ed.). **East and West in the Roman Empire of the Fourth Century** : an end to unity ? Leiden : Brill, 2015, p. 9-25.

JANIN, Raymond. Rôle des commissaries impériaux byzantins dans les conciles. **Revue des études byzantines,** tome 18, p. 97-108, 1960.

JONES, Arnould Hugh Martin. **The later roman empire, 284-602**: A social, economic and administrative survey. 2 v. Baltimore: Johns Hopkins University, 1964.

_____. **The cities of the Eastern Roman Provinces**. Oxford: Clarendon Press, 1937.

_____; MARTINDALE, John R.; MORRIS, J. **The Prosopography of the Later Roman Empire,** AD 260-395. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

_____. Emperors, government and bureaucracy. In: CAMERON, Averil; GARNSEY, Peter. (Ed.). **The late Empire, A.D. 337-425**. The Cambridge Ancient History vol. XIII: Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 138-183.

LANIADO, Avshalom. Parenté, relations et dévotion : le phénomène de polyonomie chez les dignataires de l'Empire Protobyzantin (Ve.-VIe. Siècles). In : BADEL, Christophe ; SETTIPANI, Christian. (Ed.). **Les stratégies familiales dans l'Antiquité Tardive**. Paris : De Boccard, 2012, p. 27-55.

_____. Theodosius and his generals. In: KELLY, Christopher. (Ed.). **Theodosius II** : rethinking the Roman Empire in late Antiquity. Cambridge : Cambridge University Press, 2013a, p. 90-108.

LEYSER, Conrad. Monasticism. In: BOWERSOCK, Glen W.; BROWN, Peter; GRABAR, Oleg. (Ed.). **Late Antiquity:** a guide to the postclassical world. Cambridge/MA: Harvard University Press, 1999, p. 583-584.

MARTINDALE, John R. The Prosopography of the Later Roman Empire. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

MATHISEN, Ralph. Les mariages entre romains er barbares comme stratégie familiale pendant l'Antiquité Tardive. In: BADEL, Christophe ; SETTIPANI, Christian. (Ed.). **Les stratégies familiales dans l'Antiquité Tardive**. Paris : De Boccard, 2012, p. 153-166.

McENERNEY, John I. Introduction. In: CYRIL OF ALEXANDRIA. **Letters 1-50.** The Fathers of the Church. Vol. 76. Washington: The Catholic University of Press, 1987a, p. 1-9.

_____. Notas. In: **Letters 51-110**. The Fathers of the Church. Vol. 77. Translated by John I. McEnerney. Washington/DC: The Catholic University of Press, 1987b.

MOATTI, Claudia. Mobility and identity between the second and the fourth centuries: the "cosmopolitization" of the Roman Empire. In: RAPP, Claudia; DRAKE, Harold A. (Ed.). **The City in the Classical and Post-Classical World:** changing contexts of power and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 130-152.

NAU, François. Introduction. In: NESTORIUS. **Le Livre d'Heraclide de Damas**. Traduit en français par F. Nau avec le concours P. Bedjan et M. Brière. Paris: Letouzey et Ané Éditeurs, 1910, p. v-xxviii.

NEIRA FALERO, Concepción. Introducción. In: **Notitia Dignitatum**. Nueva edición crítica y comentario historico por Concepción Neira Faleiro. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005, p. 29-45.

PIGANIOL, André. **L'Empire Chrétien** (325-395). 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

REBILLARD, Éric. **Les chrétiens de l'Antiquité tardive et leurs identités multiples :** Afrique du Nord, 200-450 après J.-C. Paris : Les Belles Lettres, 2014.

RÉMOND, René. Uma história presente. _____. **Por uma história política**. 2a. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003, p. 13-36.

STEVENSON, Walter. Eunuchs and early Christianity. In: TOUGHER, Shaun. (Ed.). **Eunuchs in Antiquity and Beyond**. London: Duckworth, 2002, p. 123-142.

TOUGHER, Shaun. **The Eunuch in Byzantine History and Society**. London and New York: Routledge, 2008.

_____. In or out? Origins of court eunuchs. In: _____. (Ed.). **Eunuchs in Antiquity and Beyond**. London: Duckworth, 2002, p. 143-160.

WARD-PERKINS, Bryan. The cities. In : In: CAMERON, Averil; GARNSEY, Peter. (Ed.). **The Late Empire, A.D. 337-425**. The Cambridge Ancient History. Vol. XIII. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 371-410.